

# PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/1695</b>	<b>2691/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DCTAF [CONTRATOS E APOIOS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O Município, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do art.º 33.º e na alínea i), do n.º 1, do art.º 16º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, delega na **Junta de Freguesia de Crespos e Pousada** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução de «**Honorários/Projeto - Natura Park - Pousada**», transferindo, para o efeito, uma verba de **1.987,00€** com IVA incluído, que foi validada pela DCTAF.

Propõe-se que o Executivo Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Crespos e Pousada** para a realização do Projeto acima referido, transferindo uma verba de **1.987,00€ (mil, novecentos e oitenta e sete euros)** ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 1 do artigo 33º e da alínea k), do n.º 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta encontra-se anexa ao processo.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



# **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE CRESPOS E POUSADA**

## ***PROJETO***

*Entre*

**PRIMEIRO OUTORGANTE: (NOME)**, com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

**E**

**SEGUNDO OUTORGANTE: (NOME)**, intervindo em representação da **JUNTA DE FREGUESIA DE CRESPOS E POUSADA**, pessoa coletiva de direito público nº 510 836 364, com sede no (MORADA), adiante designada por **FREGUESIA**.

### **Considerado que:**

1.- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O **MUNICÍPIO**, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5 - Que a concretização da delegação de competências, materializada no presente contrato, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

6 - Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i) do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a Junta de Freguesia de Crespos e Pousada o presente contrato interadministrativo de delegação de competências.

**Entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da referida Lei nº 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela Assembleia Municipal em sessão de DD/MM/AAAA sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de DD/MM/AAAA e pela Assembleia da Freguesia de Crespos e Pousada em sessão de DD/MM/AAAA sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de DD/MM/AAAA.**

#### **CLÁUSULA 1ª**

##### **(OBJETO)**

1. Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO** delega na **JUNTA DE FREGUESIA DE CRESPOS E POUSADA** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do Projeto referente à obra denominada «Natura Park - Pousada», prevista no plano de atividades para o ano em curso e dotada no respetivo orçamento, denominando o presente contrato de «**Honorários/Projeto - Natura Park - Pousada**».

2. A presente delegação respeita à contratação e execução de um Projeto de realização de uma obra em património e infraestruturas que integram o domínio municipal, passando as obras ali executadas, automaticamente e sem necessidade de qualquer outra formalidade, para a gestão municipal logo que integralmente recebidas a título provisório.

#### **CLÁUSULA 2ª**

##### **(REPRESENTAÇÃO)**

A **FREGUESIA** atuará em nome próprio, tanto na fase de formação dos contratos que vier a celebrar em concretização da delegação prevista na cláusula 1.ª, como em fase de execução dos mesmos, projetando-se na sua esfera jurídica, direta e imediatamente, todos os efeitos resultantes de tais contratações, assumindo a condição de entidade adjudicante e contraente público, sem prejuízo das autorizações que deva previamente obter nos termos previstos nas cláusulas seguintes.

#### **CLÁUSULA 3ª**

##### **(ÂMBITO)**

A delegação da intervenção identificada na cláusula anterior constitui autorização bastante para a **FREGUESIA** praticar todos os atos técnicos, jurídicos e financeiros necessários à sua perfeita e pontual concretização, ficando em tal autorização compreendidos, designadamente, os poderes seguintes:

- a) Revisão do projeto de execução;
- b) Gestão das relações com entidades terceiras;

#### **CLÁUSULA 4ª**

##### **(GESTOR DE CONTRATO)**

1. A **FREGUESIA** designará, para cada contrato que vier a celebrar no âmbito da delegação inscrita no presente contrato interadministrativo, um gestor de contrato, a quem cumprirá

acompanhar permanentemente a sua execução, detetando desvios e reportando-os, identificando em relatório autónomo as medidas corretivas que se revelem adequadas.

2. A **FREGUESIA** encaminhará para o **MUNICÍPIO** os relatórios que proponham medidas modificativas do contrato e que estejam, nos termos previstos neste contrato interadministrativo, sujeitos à prévia aprovação deste.

3. Com a celebração de qualquer contrato para concretização da delegação prevista no presente contrato interadministrativo, a **FREGUESIA** remeterá ao **MUNICÍPIO**:

- a) O contrato devidamente celebrado, com a identificação e os contactos do seu gestor;
- b) O plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- c) A data estimada para o início da prestação contratual.

4. A **FREGUESIA** está dispensada de dar cumprimento ao prescrito no número anterior sempre que as intervenções sejam simplificadas, com preço contratual inferior a €10.000, 00 (dez mil euros).

#### **CLÁUSULA 5ª**

##### **(EXECUÇÃO DO PROJETO)**

1. O projeto elaborado no âmbito do presente contrato requer aprovação pelo **MUNICÍPIO**, passando o mesmo a constar do processo administrativo de execução de obra.

2. Permanece competência reservada ao **MUNICÍPIO**, sob proposta da **FREGUESIA** e suportada no relatório técnico do respetivo gestor do contrato:

- a) A aprovação de quaisquer modificações ao projeto de execução;
- b) A aprovação de quaisquer modificações do contrato que tenha sido formalmente determinado pelo Município de Braga no ato de delegação previsto na cláusula 1.ª do presente contrato;
- c) A adjudicação de serviços complementares ou quaisquer outras modificações objetivas aos contratos.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a **FREGUESIA** reportará periodicamente ao **MUNICÍPIO** as diligências que for adotando em concretização do presente contrato interadministrativo, seja em fase pré-contratual, seja em fase de execução dos contratos.

#### **CLÁUSULA 6ª**

##### **(RECURSOS FINANCEIROS)**

1. Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos no presente contrato, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba de **1.987,00€**

**(mil, novecentos e oitenta e sete euros)** (IVA incluído à Taxa legal em vigor), por conta da delegação efetuada de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

a) **Em 2025, um valor de 1.987,00€ (mil, novecentos e oitenta e sete euros);**

2. A referida verba será processada, tendo em vista a sua transferência para a **FREGUESIA**, nos seguintes termos:

- a) 30% do valor global da verba, aquando da adjudicação do Projeto;
- b) 30% do valor global da verba, quando o Projeto der entrada no **MUNICÍPIO**;
- c) 40% do valor global da verba, quando o Projeto for aprovado pelo **MUNICÍPIO**.

3. Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros.

#### **CLÁUSULA 7ª**

##### **(RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS)**

O **MUNICÍPIO** não afetará, à execução do presente contrato administrativo, qualquer recurso humano ou material, dado que a **FREGUESIA** dispõe de meios adequados a assegurar o cumprimento das obrigações aqui consignadas.

#### **CLÁUSULA 8ª**

##### **(OBRIGAÇÕES DA FREGUESIA)**

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

- a) Cumprir rigorosamente as condições do presente contrato cabendo-lhe a responsabilidade pela sua execução do projeto em conformidade com as regras legalmente aplicáveis;
- b) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e acompanhamento técnico, de acordo com a Lei nº 31/2009 de 3 de julho;

#### **CLÁUSULA 9ª**

##### **(OBRIGAÇÕES ADICIONAIS)**

Para uma articulação permanente entre o **MUNICÍPIO** e a **FREGUESIA**, no âmbito da execução deste contrato, podem os representantes indicados por ambas reunir-se sempre que necessário.

#### **CLÁUSULA 10ª**

##### **(MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO CONTRATO)**

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. O presente contrato pode ainda ser revogado, por acordo de ambas as partes.
3. A modificação ou revogação do contrato obedece a forma escrita.

#### **CLÁUSULA 11ª**

##### **(ENTRADA EM VIGOR)**

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA 12ª**

##### **(CABIMENTO E COMPROMISSO)**

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº NNNNNN, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº NNNNNN.

#### **CLÁUSULA 13ª**

##### **(DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS)**

- 1 - Na execução do presente contrato interadministrativo de delegação de competências, observar-se-ão: a) o respetivo clausulado  
b) a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro  
c) a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;
- 2 - Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:  
a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, com as devidas adaptações, em especial a sua Parte III;  
b) O Código do Procedimento Administrativo.

##### **Arquiva-se no processo documental:**

- a) As referidas deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia;
- b) O mencionado Mapa contendo as verbas a transferir para a FREGUESIA;

c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

**Pelo segundo outorgante foram exibidas:**

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em DD/MM/AAAA pelo x.º Serviço de Finanças de Braga;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em DD/MM/AAAA.

O presente contrato Interadministrativo é feito em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

**Braga, DD/MM/AAAA**

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

**O Presidente da Junta Freguesia de Crespos e Pousada**

---



## **Justificação Técnica - Pedido de apoio financeiro para os honorários do projeto do “Natura Park” – Pousada**

**Freguesia:** Crespos e Pousada

**Valor do Apoio Financeiro Requerido:** 1 987,00 € (Valor final)

### **Informação técnica – Processo nº 709/2025:**

A União de Freguesias de Crespos e Pousada, solicita um apoio financeiro para os honorários do projeto do “Natura Park” – Pousada”, no valor 1 987,00 € (valor final).

O preço Base da obra de “Natura Park” – Pousada”, está estimado em 78 550,24 € (valor com IVA) (Interno nº 84457 de 26/08/2024).

De acordo com os dados disponíveis e a tabela auxiliar de cálculo dos honorários, julgamos que o valor proposto para o projecto, adequa-se à média de mercado, correspondente a aproximadamente 5,0% do valor da obra.